

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**ANEXO II**

**Exercício: 2015**

**Município: Município de Contagem**

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO  
(ART. 212 DA CF. LEIS FEDERAIS Ns. 9.394/96 e 11.494/07, EC 53/06) (em R\$)**

<b>Função - Sub-Função - Programa</b>	<b>Especificação</b>	<b>Despesas (1)</b>
12.361.0024	Gestão Educacional e Qualidade do Ensino	21.494.000,00
12.367.0045	Gestão da Folha de Pessoal	2.980.000,00
12.126.0049	Cidade Digital	3.752.494,00
12.365.0008	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	1.756.300,00
12.367.0025	Educação Social e Inclusiva	1.415.500,00
12.122.0045	Gestão da Folha de Pessoal	13.424.200,00
12.122.0001	Gestão Administrativa Institucional	320.000,00
12.365.0024	Gestão Educacional e Qualidade do Ensino	2.260.000,00
12.361.0025	Educação Social e Inclusiva	450.000,00
12.361.0008	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	2.921.200,00
12.365.0045	Gestão da Folha de Pessoal	9.266.475,00
12.366.0024	Gestão Educacional e Qualidade do Ensino	330.000,00
12.361.0045	Gestão da Folha de Pessoal	58.021.771,00
<b>SUBTOTAL (Corresponderá ao somatório dos comprovantes de despesas organizados de acordo com a alínea c. Artigo 15, da Instrução Normativa nº 13/2008)</b>		<b>118.391.940,00</b>
<b>Contribuição ao FUNDEB - art. 1º, Lei Federal nº 11.494/07 (2)</b>		<b>116.211.000,00</b>
<b>Repasse Previdenciário ao RPPS (Contribuição Patronal) (3)</b>		<b>0,00</b>
<b>Repasse Previdenciário ao RPPS (Pagamento a Inativos e Pensionistas - Fonte Tesouro) (4)</b>		<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>234.602.940,00</b>

(1) Art. 70 da Lei Federal nº 9394/96.

(2) O valor a ser demonstrado corresponderá à contribuição ao FUNDEB, contabilizado como conta retificadora da receita.

(3) Lançar o valor do repasse, caso o município tenha utilizado as contas de "interferências financeiras" (demonstrativo dos recursos recebidos/concedidos), em desobediência à portaria 6882005.

(4) Esse campo somente deverá ser preenchido se o Município possuir regime próprio de previdência, porém for de responsabilidade do Executivo Municipal o pagamento de inativos / pensionistas.